

1º RELATÓRIO SEMESTRAL OUVIDORIA JUDICIÁRIA

BIÊNIO 2014/2015

(De 01/01/2014 a 30/06/2014)

Desembargador WILLIAM COUTO GONÇALVES

Ouvidor Judiciário – Titular

Desembargador DAIR JOSÉ BREGUNCE DE OLIVEIRA
Ouvidor Judiciário – Suplente

1. INTRODUÇÃO

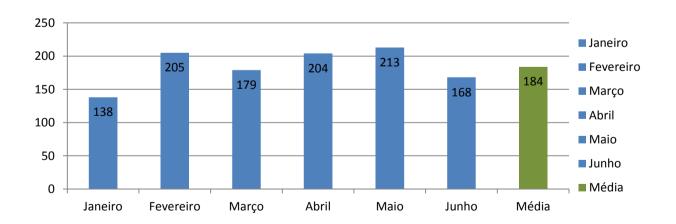
A Ouvidoria Judiciária foi criada pela Resolução nº 11/99, de novembro de 1999, e vem atuando como o canal de comunicação entre a sociedade e o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, exercendo suas atribuições obedecendo aos critérios pautados na Res. 103/10 do Conselho Nacional de Justiça.

No cumprimento de sua missão, cabe à Ouvidoria prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do Poder Judiciário Estadual, receber reclamações, críticas, elogios e sugestões sobre os serviços prestados pela instituição, na busca pela melhoria e qualidade dos serviços prestados.

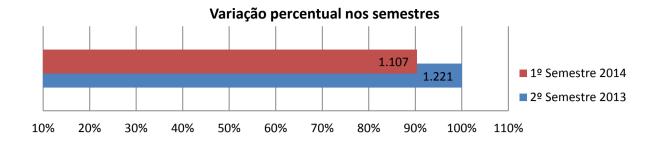
Este relatório é apresentado em cumprimento ao Art. 4º, VIII, da Res. 036/2010 do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, e contém dados quantitativos e qualitativos referentes às atividades do 1º semestre de 2014.

2. REGISTROS EFETUADOS

No 1º semestre de 2014, a Ouvidoria Judiciária efetuou 1.107 registros dentre sugestões, elogios e reclamações diversas, alcançando uma média mensal de 184 registros. O gráfico a seguir demonstra a distribuição desses registros no semestre.

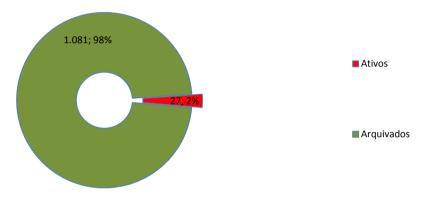


Conforme demonstra o gráfico abaixo, o número de registros deste semestre foi 9,3% menor que os registros do semestre anterior, referente aos meses de julho a dezembro de 2013.



3. REGISTROS ARQUIVADOS E ATIVOS

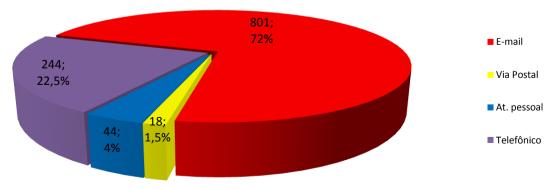
Dos registros formalizados, apenas 27 ainda estão ativos, aguardando cumprimento de diligências solicitadas, espelhando 2% da demanda.



4. MEIOS DE CONTATO UTILIZADOS PARA FORMALIZAR OS REGISTROS

Dentre os meios utilizados para formalizar os registros, destacou-se o atendimento virtual, com 801 contatos formalizados. Os registros por telefone alcançaram 244 ocorrências, porém, o atendimento pessoal apontou 44 atendimentos. Foram apurados apenas 18 registros por correspondência.

Contatos convertidos em registros e sua variação percentual no semestre

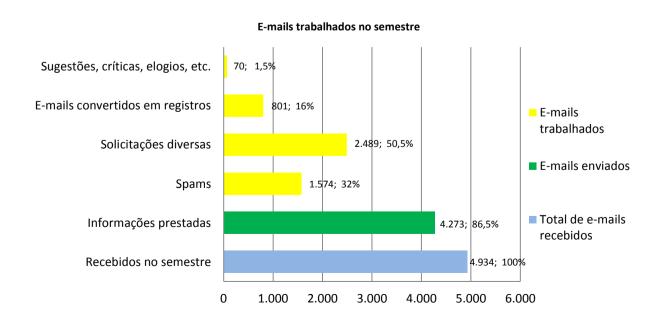


4.1. OUTROS CONTATOS NÃO REGISTRADOS NO SISTEMA

Diariamente a Ouvidoria presta atendimento ao público, recebe inúmeros telefonemas, e-mails e correspondências, contudo, somente parte desse atendimento é efetivamente convertido em reclamação, sugestão ou elogio, e levado a registro no banco de dados do órgão. Isso porque a maioria dos atendimentos são voltados à orientação dos usuários no esclarecimento de dúvidas relacionadas ao andamento de processos, endereços ou telefones dos Fóruns e Varas, identificação de links e informações junto ao portal do Poder Judiciário, ou orientações sobre outros órgãos.

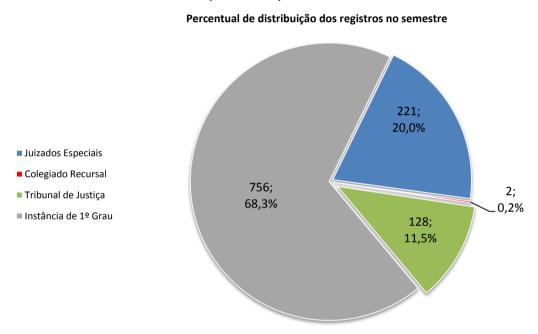
A predominância de parte desse atendimento fica evidenciada no arquivo da caixa de e-mails da Ouvidoria, que neste semestre acusou o recebimento de 4.934 e-mails, dos quais, apenas 801 foram convertidos em registros, conforme discriminado no gráfico supracitado. Os demais foram recebidos e processados, apurando-se que desses e-mails, 70 continham sugestões, críticas e agradecimentos, outros 2.489 referiram-se a pedidos de consultas e orientações sobre andamento de processos, ou abordaram assuntos da competência de outros órgãos, (Defensoria Pública, Prefeituras, OAB, Ministério Público, Justiça Federal, TRE, STJ, STF, CNJ, Procon e Polícias). Por fim, 1.574 e-mails foram remetidos à caixa de spams.

Em resposta aos interessados, foram emitidos 4.273 e-mails pela Ouvidoria.



5. ENCAMINHAMENTO DOS REGISTROS

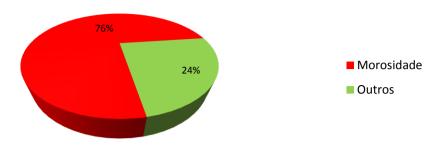
Após análise do Desembargador Ouvidor, o registro é encaminhado ao órgão/setor competente, para ciência e/ou prestação de informações acerca dos problemas apontados. Dessa forma, restou apurado que 756 registros foram encaminhados à instância de 1º grau, por abordarem assuntos diversos envolvendo servidores, cartórios ou morosidade processual. Em outras 221 ocorrências, foram demandados os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. O Tribunal de Justiça foi apontado em 128 registros, restando ao Colegiado Recursal dos Juizados Especiais apenas 2 ocorrências.



6. ASSUNTOS ABORDADOS

A morosidade no andamento dos processos foi o problema mais abordado em 839 reclamações, espelhando 76% da demanda do semestre. Outros assuntos abordaram fatos diversos, afetos à qualidade no atendimento, carência de infraestrutura e/ou servidores, atividades incompatíveis com o exercício do cargo, desídia, sugestões, elogios, dentre outros, que juntos somaram 268 registros, espelhando 24% da demanda neste semestre.





7. SIGILO

Dependendo do teor, a reclamação poderá ser mantida em sigilo, visando preservar a integridade dos envolvidos e a exposição indevida de sua imagem.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ouvidoria Judiciária tem sido um importante canal de comunicação à disposição dos jurisdicionados, prestando relevante serviço como órgão auxiliar no encaminhamento e solução dos problemas afetos ao Poder Judiciário Estadual, bem como nas sugestões de medidas tendentes a otimizar os serviços da instituição, ressaltando-se a crescente responsabilidade que vem recebendo dos que utilizam seus serviços.

Nossa preocupação tem sido a de imprimir maior transparência às ações praticadas pela instituição, orientando os interessados sobre as providências adotadas na solução dos problemas tratados por este órgão, com destaque para a atuação conjunta da Ouvidoria com a Corregedoria Geral da Justiça, no encaminhamento dos assuntos que mereçam apuração por aquele órgão. Vitória, 12 de janeiro de 2015.

Desembargador WILLIAM COUTO GONÇALVES

Ouvidor Judiciário

Desembargador DAIR JOSÉ BREGUNCE DE OLIVEIRA

Ouvidor Judiciário - suplente